

## ADMINISTRAÇÃO GERAL/UFMG

**Estudo Técnico Preliminar 39/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 23072.244752/2025-07

**2. Descrição da necessidade**

Justifica-se a contratação, por meio de Pregão Eletrônico, por empresa especializada em prestação de serviços de acompanhamento e proteção de ativos imateriais da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG em âmbito internacional, tais como pedidos de patente já depositados, patentes concedidas, depósitos em Fase Nacional, manutenção e proteção de novos pedidos de patente, em que constam a UFMG como titular ou cotitular.

A Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica – CTIT, criada em 1997 por meio da Portaria nº 02212, de 16/06/1997, tem como objetivo principal a gestão da inovação por meio de mecanismos de estímulo e fortalecimento do patenteamento das tecnologias da UFMG. A CTIT desenvolve também atividades de redação de patentes, na disseminação da cultura de proteção e transferência de conhecimento e do empreendedorismo no meio universitário; elaboração de contratos, convênios e outros instrumentos jurídicos para regulamentação de parcerias com os setores público e privado gerando a possibilidade de novos produtos e novos negócios e realiza ainda, o licenciamento e a transferência das tecnologias oriundas das pesquisas acadêmicas para a sociedade, por meio do processo de incubação, dentre outras atividades relacionadas à proteção dos direitos de propriedade intelectual.

A consolidação da CTIT e seu aperfeiçoamento para desenvolver suas atividades é traduzido na diversidade e qualidade dos pedidos de patente depositados em âmbito nacional que atualmente somam 1.500 (hum mil e quinhentos), considerando, incluindo-se depósitos realizados por cotitulares, os Modelos de Utilidade e os Certificados de Adição. O processo de proteção no Brasil, junto ao INPI, está sob responsabilidade direta da CTIT, uma vez que a Lei autoriza que o próprio titular do pedido de patente atue diretamente nas ações necessárias para a proteção (como depósito, pagamento de taxas, respostas aos exames, etc) bem como no processo de acompanhamento.

Uma vez depositada a patente no Brasil, iniciam-se os prazos para a proteção internacional. Assim, caso a proteção internacional de dada tecnologia seja julgada estratégica pela oportunidade de sua comercialização no exterior, a UFMG deve, então, no prazo de até doze meses contados da data de depósito no Brasil, realizar a proteção da tecnologia através do mecanismo previsto no Tratado de Cooperação de Patentes (Patent Cooperation Treaty – PCT). O PCT mostra-se como um importante processo técnico-legal para subsidiar e aumentar o prazo para a tomada de decisão pelo titular (UFMG) sobre a conveniência ou não do depósito da patente em outros países. Além disso, o depósito de pedidos de patente em âmbito internacional pode ser feito diretamente nos países de interesse, quando esses países de interesse não são signatários do PCT como, por exemplo, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Levando em consideração o total de pedidos nacionais depositados até 27 de junho de 2025, pela CTIT, foram protegidos 536 (quinhentos e trinta e seis) pedidos de patente em âmbito internacional, considerando os pedidos depositados diretamente no exterior, as entradas em fase nacional e os pedidos de PCT, bem como aqueles depositados e administrados por cotitulares. Destes pedidos de patentes, 86 (oitenta e seis) já foram concedidos.

A UFMG, para realizar a proteção internacional, conforme disposto no artigo 217, da Lei 9.279/96 “*deverá constituir e manter procurador devidamente qualificado e domiciliado no País, com poderes para representá-la administrativa e judicialmente, inclusive para receber citações*”.

A necessidade de contratação de um Escritório Especializado em Propriedade Intelectual Internacional é pautada pela especificidade dos trâmites operacionais e da necessidade de profissionais com formação específica. Destaca-se que a proteção intelectual fora do Brasil é feita por meio de correspondentes internacionais que realizam os procedimentos junto aos órgãos competentes de cada país. Esses correspondentes atuam como intermediários entre o Brasil e a autoridade internacional. Para a relação com esses correspondentes, além de questões de comunicação fluente nos diversos idiomas, é necessária uma equipe multidisciplinar, com experiência em proteção intelectual e formação nas diferentes áreas de conhecimento como engenharia, biologia, química, dentre outras relacionadas à natureza das Proteções Intelectuais.

A contratação do escritório funcionará como forma de promover a interface desta Universidade com os escritórios internacionais, a saber, escritórios privados que representam a UFMG junto às autoridades oficiais de proteção de patentes, a exemplo do United States Patent Office (USPTO), European Patent Office (EPO), dentre outros.

Sendo assim, em observação à legislação que trata deste assunto, a UFMG fica obrigada a contratar um escritório no Brasil que possua correspondentes no exterior para fazer o acompanhamento de seus pedidos de patentes internacionais, pois está impedida legalmente de realizar diretamente as ações para a proteção de suas tecnologias no exterior e por isso, solicita a abertura de nova licitação para contratar serviços especializados em propriedade intelectual.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica - CTIT	Professor Gilberto Medeiros Ribeiro

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Critérios e práticas de sustentabilidade

Em consulta realizada junto ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, 7ª edição - outubro/2024, verifica-se a não existência de determinações e providências a serem tomadas referentes aos serviços a serem adquiridos.

Com base no Art. 225º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e Art. 4º do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, são diretrizes gerais de sustentabilidade observadas neste termo:

- I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

4.2. Informações gerais:

Faz-se necessário prestar esclarecimentos sobre a natureza dos serviços prestados pelo escritório a ser contratado pela UFMG, os quais estão relacionados ao acompanhamento de proteções internacionais de pedidos de patentes em tramitação, como também patentes já concedidas de titularidade exclusiva da UFMG ou de cotitularidade desta Universidade com outras instituições.

A atuação do escritório a ser contratado ocorre pela interface da UFMG com os escritórios internacionais, sediados nos países nos quais há interesse para a proteção dos inventos da Universidade. Esclarecemos que a proteção individual do

pedido de patente em cada país é necessária por ser a patente um título territorial, ou seja, a patente somente tem validade no território na qual é outorgada, e, por outro lado tem uma vigência temporal, isto é, por 20 (vinte anos) no caso de patentes de invenção, contados a partir da data do primeiro depósito da patente.

A atividade de proteção da propriedade industrial, seja no Brasil ou no exterior, envolve ações complexas, desde os processos de verificação da possibilidade de patentear os resultados oriundos dos grupos de pesquisa da Universidade, usando os mecanismos de busca prévia em base de dados de patentes, no intuito de verificar a novidade, até análise de requisitos como os de atividade inventiva e aplicação industrial, exigidos por Lei. Uma vez concluído que a tecnologia é patenteável, a CTIT elabora um relatório descritivo de patente o qual é depositado junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial - INPI. A partir do momento de depósito da patente, inicia-se um processo dinâmico e muitas vezes incerto sobre a concessão do direito de propriedade industrial, através do exame técnico por parte do Instituto Nacional da Propriedade Intelectual - INPI, processo esse que pode durar no Brasil em média até nove anos. No processo de análise da patente (de prossecução) são emitidos pareceres técnicos, que precisam ser respondidos pelo titular da patente. Esses pareceres têm duas componentes básicas: técnico, dependendo da área tecnológica específica da tecnologia; bem como legal onde se verifica se a tecnologia cumpre com os requisitos de patenteabilidade, a saber, novidade, atividade inventiva e aplicação industrial. Todo este procedimento exige da UFMG uma equipe altamente capacitada (técnica-legal) capaz de defender o patrimônio da UFMG frente às contestações apresentadas durante o processo de concessão da patente.

Esclarecemos ainda que o processo de proteção no Brasil, junto ao INPI, está sob responsabilidade direta da CTIT, uma vez que a Lei autoriza que o próprio titular do pedido de patente atue diretamente nas ações necessárias para a proteção (como depósito, pagamento de taxas, respostas aos exames, etc), processo de acompanhamento, o que, como será visto adiante, não pode ocorrer em âmbito internacional.

Uma vez depositada a patente no Brasil, iniciam-se os prazos para a proteção internacional. Assim, caso a proteção internacional de dada tecnologia seja julgada estratégica pela oportunidade de sua comercialização no exterior, a UFMG deve, então, no prazo de até 12 (doze) meses contado da data de depósito no Brasil, a realizar o depósito de patente através do mecanismo previsto no Patent Cooperation Treaty - PCT. Para a proteção via PCT, é necessário fazer uma tradução do relatório descritivo da respectiva patente para a língua inglesa, providenciar os formulários exigidos, e realizar o pagamento das taxas oficiais exigidas.

Esclarecemos que esse serviço de depósito de patentes internacionais a partir de 2006, passou a ser de responsabilidade da CTIT que montou uma equipe interna capaz de depositar e acompanhar os pedidos PCTs. Essa determinação acarretou uma diminuição nos custos de depósito, celeridade no processo e aumento da eficiência. Assim, hoje a CTIT é responsável pelo depósito e acompanhamento dos depósitos de patentes internacionais via PCT da UFMG e de seus cotitulares. Como será apresentado adiante, a realização do depósito via PCT é o máximo de ação que a UFMG pode fazer em âmbito internacional, sem a necessidade de um representante legal, pois a partir desta fase (PCT), deve ser feita a proteção direta, por meio da contratação de um representante no país de interesse na proteção.

Ainda sobre a tramitação do PCT, é importante salientar que este não concede patentes, ele é na verdade um mecanismo facilitador para os depósitos de patentes internacionais, que oferece, entre outras vantagens, a entrega de um relatório de busca prévia nos bancos de patentes ( ), e uma análise preliminar dos critérios de patenteabilidade já *search report* acima mencionados.

Assim, o PCT mostra-se como um importante processo técnico- legal para subsidiar a tomada de decisão pelo titular (UFMG) sobre a conveniência ou não do depósito da patente em países no exterior. A proteção internacional de patentes segue um trâmite extremamente peculiar, o qual foi estabelecido em acordos internacionais gerenciados pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual – OMPI e Organização Mundial do Comércio – OMC, dos quais o Brasil é signatário. Dentre estes Acordos, está o já citado PCT.

Como já mencionado, a proteção internacional de uma patente não ocorre de forma automática, sendo necessária a proteção individual nos países de interesse (princípio da territorialidade) e, conforme estabelece as legislações de propriedade industrial de grande parte dos países, para que o depositante de um pedido de patente (não residente) possa proteger seu invento no território, precisa contratar necessariamente um representante legal local para representá-lo. Portanto, o depositante não residente não pode atuar diretamente perante a autoridade oficial do país da proteção. Tal determinação está prevista, por exemplo, na legislação dos Estados Unidos, União Europeia, Brasil, Canadá, dentre outros países.

Sendo assim, em observação à legislação que trata deste assunto, a UFMG fica obrigada a contratar um escritório para fazer o acompanhamento de seus pedidos de patentes internacionais, pois está impedida legalmente de realizar diretamente as ações para a proteção de suas tecnologias no exterior. Para atender a esta exigência, desde que iniciou a proteção de suas invenções em âmbito internacional, a UFMG precisou contratar escritório para acompanhamento de seus pedidos e de suas patentes concedidas.

O escritório a ser contratado age, portanto, de forma a promover a interface desta Universidade com os escritórios internacionais, a saber, escritórios privados que representam a UFMG junto às autoridades oficiais de proteção de patentes, a exemplo do United States Patent Office (USPTO), European Patent Office (EPO), dentre outros.

Diante dos fatos acima expostos, classifica-se o serviço como serviço comum de natureza continuada e sem mão de obra qualificada, uma vez que o escritório a ser contratado deverá apresentar a expertise para realizar e prestar os serviços de proteção, gestão e acompanhamento de tecnologias em âmbito internacional de maneira on-line, no prazo de 60 (sessenta) meses.

Esclarecemos que o procedimento para a prestação dos serviços é realizado de maneira eletrônica, justificando a forma on-line, por e-mail e ligações telefônicas, conforme serviços exemplificados no quadro abaixo:

## **Pedidos de Patentes - Fase Nacional**

### **1 Entrada em Fase Nacional (EUA, Japão, Europa, Argentina e outros)**

#### **1.1 Proteção da Tecnologia incluindo todos os serviços necessários**

1.1.1. Reembolso de Despesas por serviços prestados pelo escritório correspondente relativo à entrada na Fase Nacional

1.1.2. Pagamento de Taxas Oficiais (Exame e busca)

1.1.3. Apresentação de documentos formais (Declaração, cessão e documentos de prioridade)

1.1.4. Adaptação do pedido de patente a normas locais

1.1.5. Tradução do Pedido de patente a ser protegido

### **2 Pedidos de Patentes e Patentes - Manutenção e Acompanhamento de tecnologias**

2.1 Pagamento de Anuidade/Taxas de Manutenção/Quinquênio

2.2 Solicitação de Exame (fazer referência da moeda e da cotação do dia)

2.3 Resposta a Exigências (fazer referência da moeda e da cotação do dia)

2.3.1 Formal

2.3.2 Técnica

2.3.3 Comunicação de exigências

2.3.4 Análise e preparo de resposta à exigências

2.3.5 Taxas para cumprimento de exigências

2.4 Comunicado de Deferimento (fazer referência da moeda e da cotação do dia)

2.4.1 Comunicado de deferimento

2.5 Emissão da Carta Patente (fazer referência da moeda e da cotação do dia)

#### 2.5.1. Taxas de emissão de carta patente

4.2.1. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum de acompanhamento e proteção de ativos imateriais da UFMG em âmbito internacional. A presente contratação adotará como regime de execução por Tarefa.

4.2.2. O prazo de vigência do contrato é de 5 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por interesse das partes, com base no artigo 106, da Lei 14.133/2021.

4.2.3. A contratada deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação, que sejam exigidas no Termo de Referência.

4.2.4. Os serviços fornecidos devem atender aos padrões de sustentabilidade, com certificado de regulamentação dos órgãos competentes, se for o caso.

#### 4.3. Requisitos de aceitação

4.3.1. Em caso de divergência entre a descrição dos itens e o descrito na CATMAT, deverá prevalecer a descrição detalhada dos itens, conforme planilha anexa ao Edital.

### 5. Justificativas da contratação

#### 5.1. Enquadramento do objeto licitado como serviço comum;

*As características dos serviços que ora se pretende contratar, bem como as demais condições para a plena execução contratual, estarão estabelecidas no Edital por meio de especificações usuais, adotada no respectivo mercado prestador de tais serviços. Realizando pesquisa em sites de compras, foram encontrados pregões semelhantes reforçando o entendimento de que a presente licitação deva se processar através da modalidade Pregão Eletrônico.*

*A escolha dessa modalidade de licitação é definida, justamente, por se considerar o objeto como um serviço comum, nos termos inciso XLI do artigo 6º da Lei nº 14.133/2021.*

*Assim, nos termos destes dispositivos legais, a UFMG adotará o Pregão Eletrônico para viabilizar a contratação pretendida, por entender que o objeto atende ao preceito legal.*

#### 5.2. Enquadramento do objeto licitado como serviço contínuo

*O DLO/UFMG entende que o objeto que ora se pretende contratar se enquadra na definição de serviços contínuos[1] e enseja à possibilidade de prorrogação contratual, nos termos do inciso II, artigo 107, da Lei nº 14.133/2021, visto que se interrompidos podem comprometer a ordem e causar prejuízos ao bom desenvolvimento das atividades acadêmicas da UFMG.*

#### 5.3 Adoção do critério de julgamento “empregada por preço global”;

*Justifica-se a utilização do critério julgamento “empreitada por peça global” por se tratar de contratação de um serviço distribuído em etapas distintas, que deverão ser prestados por uma única empresa a fim de se evitar conflitos de procedimentos técnicos e possíveis implicações de responsabilidade. Portanto, não é viável ter duas ou mais empresas prestando o mesmo tipo de serviço em um único órgão. Esta possibilidade inviabilizaria a operacionalização dos serviços, tendo em vista as diferenças de procedimentos adotadas pelas empresas.*

*Administração Pública se beneficia com a redução de custos de publicação de contrato, com uma fiscalização mais eficaz, pois esta é centralizada.*

#### **5.4. Justificativa sobre a vedação de cotação de quantidades inferiores às demandadas**

*A própria dinâmica e celeridade de um Pregão, onde se busca sempre o menor preço apresentado, vai de encontro à perspectiva de se ter de verificar a vantajosidade de cotações em quantitativos diversos. A apresentação de lances sucessivos por meio do sistema eletrônico, quando iniciada a etapa competitiva, derruba a hipótese de cotações inferiores à demandada, pois os licitantes são informados, em tempo real, do valor do menor lance apresentado para exercer a oportunidade de cobrir os preços dos demais classificados. Apenas assim é possível garantir que o resultado será a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração, pois os lances sempre se referem ao mesmo quantitativo e diminuem paulatinamente os valores a serem pagos pela Administração.*

*Como não é possível adequar o Sistema do Pregão para permitir o parcelamento do item, e admitir cotações em quantidades inferiores às demandadas, o instrumento convocatório deve vedar a possibilidade de cotação de quantidade inferior à demandada.*

#### **5.5. Da não exigência de garantia**

*Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista que as características do objeto não necessitam dessa imposição. Segundo o art. 96 da Lei nº 14.133/2021: “A critério da autoridade competente, em cada caso, poderá ser exigida, mediante previsão no edital, prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos”.*

Contudo, antes de estabelecer no edital e demais instrumentos contratuais a exigência de garantia, deve a Administração, diante da complexidade do objeto, avaliar a sua vantajosidade frente ao encarecimento do objeto, quando aplicada. Sob esse aspecto, cabe esclarecer que o objeto do presente estudo se refere à uma prestação de serviços complexa e diferenciada, envolvendo a interface entre o Brasil e diversos países. Considerando que a proteção de patentes é um título territorial, é necessário que a contratada possua escritórios sediados em países nos quais há interesse de proteção dos inventos da Universidade. Sendo assim, o objeto contempla uma conjunta solução conjunta e integrada, cujo parcelamento poderia inviabilizar a coordenação e execução dos serviços. Ademais, a fiscalização e gestão de diversos contratos ficaria excessivamente onerosa aos cofres públicos, contrariando os princípios da eficiência e economicidade.

Em relação à garantia, ao mesmo tempo em que representa segurança, no que se refere à boa execução do contrato; por outro lado, resulta, como regra, no encarecimento da contratação. Portanto, deve-se analisar, caso a caso, de acordo com suas especificidades, a exigência ou não de garantia. Se de um lado, por meio da exigência, a Administração Pública assegura as obrigações assumidas por terceiros, noutro, onera as propostas apresentadas e restringe a competição. Portanto, a garantia pode adicionar despesas aos licitantes, com potencial, inclusive, para limitar o universo de interessados. Além disso, poder representar custos à Administração, já que os valores adicionados pelos fornecedores seriam repassados ao contratante.

Dessa forma, valendo-se da discricionariedade da administração, decidiu-se pela não exigência da garantia contratual, considerando que a aquisição contempla bens comuns e de baixa complexidade. No mesmo sentido, essa medida colabora para resguardar os princípios da economicidade e da competitividade.

O prazo de vigência da contratação será de 5 (cinco) anos, prorrogável por até 10(dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei no 14.133, de 2021. Essa medida racionaliza o processo de gestão contratual e reduz os custos operacionais por se tratar de serviço contínuo, cuja necessidade ultrapassa o ano corrente.

Optou-se por esse período, tendo em vista que:

- a) o art. 105, da lei 14.133/2021, estabelece que a duração do contrato deverá observar, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade orçamentária e a previsão no plano plurianual para os casos de serviços que ultrapassem um exercício financeiro.
- b) os art. 106 e 107 da lei 14.133/2021, admitem a contratação pelo prazo de até 5 anos, prorrogáveis por até 10 anos, quando se tratar de serviços ou fornecimentos contínuos, devendo a contratante atestar a vantagem econômica na contratação plurianual, além de verificar a cada exercício a disponibilidade orçamentária e a vantagem em sua manutenção.
- c) a prestação do serviço objeto dessa contratação tem natureza continuada e essencial, cujo propósito é atender à necessidade pública de forma permanente e ininterrupta, por mais de um exercício financeiro. Esses serviços, embora instrumentais e assessoriais, colabora para garantir a integridade do patrimônio institucional e o funcionamento das atividades finalísticas do órgão. Em contrapartida, sua interrupção poderia comprometer a prestação de serviços públicos ofertados à sociedade, além de ocasionar prejuízos às rotinas administrativas e operacionais da Universidade.
- d) a Administração pode reduzir os custos administrativos associados ao processo de contratação, uma vez que não será necessário realizar licitações anuais para contratar empresa especializada para prestação de serviços dessa natureza nas dependências da Universidade Federal de Minas Gerais, o que proporciona economia de tempo e recursos. O custo administrativo de um processo licitatório por si só justificaria contratações por períodos superiores a 12 meses. Isso porque, quanto maior o número de procedimentos, maior o gasto da Administração, considerando contratações de serviços continuados, como nesse caso.
- e) não se mostra sensato estabelecer que a vigência do contrato de serviços prestados de forma contínua seja de 12 (doze) meses, já que a praxe administrativa é de prorrogar por período máximo permitido por lei, conforme observado no histórico das contratações anteriores para serviços dessa natureza.
- f) permite à UFMG planejar seus recursos financeiros de forma mais eficaz, pois terá uma visão clara dos custos envolvidos com a contratação ao longo de sua vigência contratual, facilitando o planejamento orçamentário e financeiro da instituição.

Diante do exposto, a previsão da possibilidade de vigência plurianual se justifica em razão do enquadramento do objeto como serviços de natureza constante, ininterrupta e indiferenciada ao longo do tempo, estendendo-se por mais de um exercício financeiro, objetivando, essencialmente, assegurar a continuidade das atividades da Universidade. Ademais, o prazo de vigência contratual de 5 (cinco) anos proposto por esta Diretoria, atenderia os princípios da economicidade, razoabilidade, competitividade e interesse público; considerando, também, os requisitos que devem ser atendidos no momento da prorrogação.

#### **5.6. Do Plano de Logística Sustentável**

Conforme consta do Ofício 14/2022 (ID: 1204723), autuado no processo SEI: 23072.251420/2021-47, o Plano de Logística Sustentável da UFMG não está oficialmente formalizado:

*“Na UFMG o processo de elaboração do seu Plano de Logísticas Sustentável (PLS) ainda não foi formalizado oficialmente pelo Gabinete da Reitora. Para registrar tal demanda o DGA registrou junto ao Pró Reitor de Administração, através do OFÍCIO Nº 3/2021/DGA-DIR-UFMG, de 11/03/21, a necessidade de instituição de uma Comissão Gestora a ser designada pelo Gabinete da Reitora, a ser composta por representantes de diversos setores da Universidade, Pró Reitorias, além de alguns Gestores de Unidades acadêmicas e administrativas, considerando a amplitude e multidisciplinaridade dos temas a constar no PLS. Devido às dificuldades advindas do trabalho remoto e da pandemia de Covid 19, desde 2020, não foi possível um avanço maior nesse sentido. Acreditamos que o próximo Reitorado a se iniciar esse ano conseguirá instituir tal Comissão de dar prosseguimento à elaboração do PLS da UFMG”.*

#### **5.7. Da não aplicação da reserva de cotas para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte**

A reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte não será aplicada. Para motivar a não aplicação dessa medida, utiliza-se a própria orientação constante do modelo de Termo de Referência elaborado pela AGU. A Nota Explicativa do modelo esclarece que existe a possibilidade de não utilização da reserva de cotas nas hipóteses do art. 10, incisos I, II e IV do Decreto nº 8.538/2015, transcritos a seguir:

*I - não houver o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas [...] capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;*

*II - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e as empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado, justificadamente;*

*[...]*

*IV - o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no art. 1º.*

Ainda de acordo com o art. 10, parágrafo único, considera-se "não vantajosa a contratação" quando:

*I - resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência; ou*

*II - a natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação do benefício.*

Inicialmente, é importante contextualizar que com a reestruturação ocorrida em 2022, em atendimento à Portaria nº 13.623 /19, a UFMG passou de 42 UASG compradoras para apenas 06, sendo elas: Central de Compras do DLO, Campus Saúde, Campus Montes Claros, Obras e Manutenção (DEMAI) e Tecnologia da Informação (TI). Contudo, as demais UASG pagadoras permanecem com sua autonomia administrativa, patrimonial e financeira. Sob essa configuração, o objetivo principal da centralização do processo licitatório é o de obter maior economia de escala e padronização dos serviços adquiridos pela Universidade.

Nessa perspectiva, atendendo ao disposto no Art. 10º do Decreto 8.538/2015 e visando o Princípio da Ampla Concorrência, a administração opta por não restringir a participação somente às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), sendo lhes dada o direito de preferência e os benefícios da Lei 123/2006, de acordo com o Art. 44 combinado com o Art. 5º. do Decreto 8.538/2015. A opção de exclusividade de ME/EPP torna a licitação definitiva e não permitirá a participação de todas as empresas do ramo, o que poderá acarretar a elevação dos preços e/ou frustração de itens (pela ocorrência de itens desertos ou superfaturados) ou do certame como um todo. Tal procedimento comprometeria o objetivo da ampliação da eficiência das políticas públicas, conforme preconiza o Art. 1º, II do Decreto 8.538 de 06/10/2015.

Outro fato que evidencia riscos à adoção de licitação com exclusividade são os registros recentes de atas e contratos firmados com MEs ou EPPs, que embora não tenha sido adotada a exclusividade, foram cancelados pelo não cumprimento das condições estabelecidas, pelas MEs ou EPPs, tais como: a entrega do produto e/ou execução do serviço ofertado, e, ainda, a manutenção do preço registrado, durante toda a vigência do contrato. Ou seja, a situação seria ainda mais agravada se o processo fosse exclusivo para MEs ou EPPs.

Dentre os riscos, podemos enumerar:

1. Prejuízo ao erário pela frustração de itens/processos ou, ainda, pela elevação dos preços devido a restrição da concorrência;
2. Desabastecimento da instituição, prejudicando o funcionamento normal de suas atividades e consequente retardamento de seu crescimento;
3. Fracionamento de despesas para aquisições emergenciais, devido aos certames ou itens frustrados;
4. Aumento do percentual de contingências e desestabilização do planejamento institucional.



Contudo, a exclusividade para MEs ou EPPs não seria vantajosa para a Administração, levando em consideração as possibilidades de elevação dos preços e/ou da frustração do certame, por representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto, conforme previsto no Art. 10º, inciso II do Decreto 8.538 de 06/10/2015.

#### 5.8. Do índice de reajuste adotado

O reajuste de preços pode se dar por índices gerais, específicos ou setoriais, a depender do objeto da contratação. Considerando que a referida contratação possui como objeto a aquisição de serviços de escritório para gestão de propriedade intelectual em âmbito internacional, não se restringe a especificar um índice setorial ou específico. Logo, o **IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo** se mostra mais adequado para equilibrar as variações de custos, dado seu caráter geral. Ademais, o referido índice possui ampla utilização na Administração Pública Federal para contratações similares. Assim, adota-se o IPCA como índice de reajustamento para a referida contratação.

#### 5.9. Da não utilização de catálogo padronizado

A Portaria SEGES/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022, em atendimento ao disposto no inciso II, do art. 19, da Lei nº 14.133/2021, instituiu o catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras no âmbito da Administração Pública federal. Diante disso, na fase de planejamento, o catálogo deverá ser consultado para verificar se a contratação almejada está contemplada em seus termos. Em existindo padronização aprovada, ela deve ser considerada e eventual não-uso, justificado nos autos.

Na listagem de itens objeto deste certame, não há nenhum material/serviço que conste no rol de itens padronizados, conforme se verifica no Portal Nacional de Contratações Públicas, por meio do link: <https://www.gov.br/pncp/pt-br/catalogo-eletronico-de-padronizacao/itens-padronizados>.

[1] TCU, Acórdão nº 132/2008, 2ª Câmara, Rel. Min. Aroldo Cedraz, DOU de 15.02.2008.

“o que caracteriza o caráter contínuo de um determinado serviço é a sua essencialidade para assegurar a integridade do patrimônio público de forma rotineira e permanente ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do ente administrativo, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.”

### 6. Levantamento de Mercado

Considerando a avaliação de alternativas de possíveis soluções para a demanda, nos termos do inciso III do art. 7º da IN nº 40/2020, foi realizado levantamento de mercado, que consiste na prospecção e análise das alternativas possíveis de soluções.

Sendo assim, foi realizadas as seguintes atividades:

- a) pesquisa em outras universidades e centros de pesquisa para verificar se existem contratações similares, com objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendam às necessidades da administração. Neste caso, não foram encontradas contratações similares por meio de pregão eletrônico.
- b) consulta, audiência pública ou diálogo transparente com potenciais contratadas, para coleta de contribuições. Neste caso, como envolve matéria que necessita de sigilo tendo em vista tratar de tecnologias que podem conter informações sensíveis, não se aplica para o presente caso.
- c) avaliação de possibilidade de contratação do escritório internacional por meio de Fundação de Apoio (Contrato de Prestação de Serviços), porém considerando a necessidade de pagamento de despesas operacionais e tributos aplicáveis pela Fundação, a contratação ficaria mais onerosa do que a contratação do escritório por meio do pregão eletrônico.

Desta maneira, de acordo com o acima disposto, verifica-se que a contratação de escritório por meio de pregão eletrônico é o mais adequado para atender a proteção dos ativos em âmbito internacional.

## 7. Descrição da solução como um todo

Essa contratação será realizada pela Central de Compras do Departamento de Logística de Suprimentos e de Serviços Operacionais da UFMG de forma centralizada, tendo em vista que engloba elementos e soluções padronizadas institucionalmente.

A prestação de serviços do escritório a ser contratado será consubstanciada em documentos escritos, revestindo-se das formas de requerimentos, petições, relatórios descritivos, pareceres e estudos, dentre outros similares e serão prestados da seguinte maneira:

Após a proteção no Brasil, o gerenciamento de patentes consiste nas fases de entrada em fase nacional dos países signatários do PCT e proteção em países não signatários do PCT.

Então o escritório deverá realizar o procedimento de buscas de patentes, com propósitos diversos, incluindo análise das referências encontradas.

Realizará a preparação, elaboração e redação de relatórios descritivos, quadros reivindicatórios, desenhos (se for o caso), para pedidos de patentes, de qualquer natureza, certificado de adição e pedidos de registros de desenhos industriais, depósito e acompanhamento dos respectivos pedidos de patentes e registros de desenhos industriais em âmbito internacional.

A preparação e análise da documentação para os pedidos de depósito via direta nos países designados e nos países signatários do PCT, complementada pelo depósito de pedido de patente internacional via direta, pela CUP, ou pelo PCT, seu acompanhamento, incluindo a entrada na fase nacional e toda sua tramitação até a concessão das respectivas patentes e posterior acompanhamento.

Ficará ainda responsável pelo requerimento de exame, internacional PCT ou CUP, dos respectivos pedidos de patentes internacionais e pedidos em fase nacional ou regional.

O escritório deverá ainda prestar assessoria à UFMG, quando da publicação de exigência técnica e/ou formal, e cópia do parecer técnico emitido pelo órgão oficial internacional, orientando sobre a melhor maneira de se atender à exigência, inclusive sobre o preparo do material a ser apresentado em cumprimento à mesma.

Complementado pela assessoria à UFMG, quando da publicação de indeferimento emitido pelo órgão oficial internacional ou nacional, orientando sobre a melhor maneira de recorrer contra a decisão proferida, inclusive sobre o preparo do material a ser apresentado em cumprimento à mesma.

Dando continuidade aos serviços, o escritório ficará responsável pelo pagamento de anuidades, de taxas e de expedições de certificados de proteção dos pedidos de patentes internacionais PCT ou CUP e em fases nacionais, para posterior acompanhamento do processo até a expedição final dos certificados de proteção, incluindo os processos em andamento e os processos a serem depositados.

E por fim, deverá fornecer à UFMG esclarecimentos e/ou informações complementares a proteção, se necessário for.

Destaca-se ainda que a aquisição mais vantajosa para a Instituição será por meio da contratação por menor preço a ser aplicado sobre os valores dos serviços especificados do item 2.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	REGISTRO DE MARCAS E PATENTES EM ÂMBITO	5380	Unidade	3.647.889	1,00	3.647.889,00

	INTERNACIONAL CONTRATAÇÃO DE ESCRITÓRIO CORRESPONDENTE E TAXAS OFICIAIS DOS ÓRGÃOS COMPETENTES (ITEM NÃO DISPUTÁVEL – RESERVA ORÇAMENTÁRIA)					
2	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO BRASILEIRO PARA GESTÃO E PROTEÇÃO DOS REGISTROS DE MARCAS E PATENTES EM ÂMBITO INTERNACIONAL (VALOR ESTIMADO PARA OS LANCES DA CONTRATAÇÃO)	5380	Unidade	60	36.984,68	2.219.080,50

A contratação deverá ser realizada com base no MENOR PREÇO ofertado para o item 2, que corresponda a EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

Para o **item 2**, os lances deverão considerar os serviços prestados pelo escritório a ser contratado pela vigência do contrato, sendo o valor total o teto para a oferta pelo interessado.

O item 1 **NÃO É DISPUTÁVEL**, ou seja, não deve ser ofertado lances para este item, uma vez que ele é utilizado somente para **RESERVA ORÇAMENTÁRIA**. O lance deve ser ofertado somente para o item 2.

## 8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Questão que deve ser esclarecida é que a natureza da prestação de serviços realizada pelo escritório a ser contratado é extremamente peculiar. De fato, a UFMG, ao contratar este escritório, sabe quais as atividades serão desempenhadas pelo escritório, entretanto, a UFMG não sabia e nem poderia saber de antemão quais seriam exatamente as atividades que seriam de fato demandadas ao escritório, para cada pedido de patente que este acompanha. Exatamente dessa incerteza e particularidade do serviço de gestão da propriedade intelectual em questão surge a dificuldade de determinação *a priori* do valor do contrato.

Para melhor entendimento, a tramitação de um pedido de patente internacional, assim como ocorre no Brasil (prossecução junto ao INPI), passa por etapas imprevisíveis, por exemplo, é comum que para a concessão da carta patente, a UFMG tenha que atender a exigências técnicas do examinador que analisa aquele pedido, e não se sabe ao certo quantas exigências serão apresentadas à UFMG. Por exemplo, pode ser que ocorra apenas a apresentação de uma única exigência pelo escritório oficial em relação a dado pedido de patente, e que a resposta da UFMG seja suficiente para atender as objeções do examinador, mas pode também ocorrer (e é mais comum) que seja apresentada mais de uma exigência durante a tramitação de análise. Registra-se também que cada exigência exige um grau diferente de resposta de acordo com a complexidade da questão apresentada pelo examinador, e os honorários dos profissionais que auxiliam a UFMG na elaboração das respostas variam de acordo com a complexidade técnica-legal do caso.

Portanto, mais uma vez, destacamos que **não é possível que se saiba previamente** quanto será gasto **exatamente** no processo de proteção de uma patente.

Vale também registrar, que o número de casos apresentados pela UFMG para acompanhamento do escritório a ser contratado não poderia ser previamente definido quando da sua contratação, pois a decisão quanto à proteção internacional de certa tecnologia ocorre caso a caso, após o depósito no Brasil e com base na análise da CTIT sobre se a proteção internacional de cada tecnologia é estratégica para a UFMG. Portanto, após a decisão quanto à necessidade de proteção internacional, a CTIT acrescenta novos pedidos de patentes à lista de acompanhamento do escritório a ser contratado.

Quanto ao aumento da demanda de proteção internacional, é preciso registrar que a UFMG teve um aumento vertiginoso do número de patentes depositadas no Brasil, passando, por exemplo, de 193 pedidos depositados até 2006, para 1.505 até 27 de julho de 2025. Este aumento, naturalmente, também reflete nas proteções internacionais, sendo que foram depositados até 27 de julho de 2025, 536 pedidos de patentes internacionais e 141 desses ainda ativos.

Diante do exposto, para a definição das quantidades a serem contratadas, foi estimado para o período de contratação do escritório o total de 234 pedidos de patente considerando o histórico de proteções realizadas em âmbito internacional nos últimos 5 anos, conforme os dados abaixo:

Tabela de quantidade de proteções internacionais protegidas entre 2020 e 2024

Ano	Quantidade de tecnologias
2020	3
2021	9
2022	12
2023	21
2024	29

Gráfico de quantidade de proteções internacionais protegidas entre 2020 e 2024, curva de tendência e projeção para o período de 2025 à 2029



## 9. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 5.893.969,80

A pesquisa de preços para definir o valor estimado da licitação foi realizada com base nas diretrizes da Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021.

A estimativa de custo para a contratação, assim como os percentuais de desconto e acréscimo, foi definida a partir de uma pesquisa conduzida pela Equipe de Planejamento da Contratação.

O valor estimado serve apenas como referência para a elaboração de propostas, sem representar compromisso de contratação por parte da Contratante.

O uso da modalidade Pregão se justifica, pois, a contratação se destina à prestação de serviço comum, cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, conforme art. 1º da Lei nº 10.520/02.

A CTIT encaminhou solicitação para 04 (quatro) escritórios, Ungria Patentes y Marcas, Clark & Modet, Vaz e Dias Advogados & Associados e Venturini IP. (Documento SEI nº 4405198)

A UFMG, ao contratar este escritório, sabe quais as atividades poderão ser desempenhadas pelo escritório, entretanto, a UFMG não sabia e nem poderia saber de antemão quais seriam exatamente as atividades que seriam de fato demandadas ao escritório, para cada pedido de patente que este acompanha. Exatamente dessa incerteza e particularidade do serviço de gestão da propriedade intelectual em questão surge a dificuldade de determinação a priori do valor do contrato.

Portanto, mais uma vez, destacamos que não é possível que se saiba previamente quanto será gasto exatamente no processo de proteção de uma patente.

Vale também registrar, que o número de casos apresentados pela UFMG para acompanhamento do escritório a ser contratado não poderia ser previamente definido quando da sua contratação, pois a decisão quanto à proteção internacional de certa tecnologia ocorre caso a caso, após o depósito no Brasil e com base na análise da CTIT sobre se a proteção internacional de cada tecnologia é estratégica para a UFMG. Portanto, após a decisão quanto à

necessidade de proteção internacional, a CTIT acrescenta novos pedidos de patentes à lista de acompanhamento do escritório a ser contratado.

Outro ponto importante a ser levado em consideração é a questão dos valores a serem pagos ao escritório contratado pela realização dos serviços. Tendo em vista a necessidade de ter um escritório contratado no Brasil e este escritório contratar um em âmbito internacional dificulta a realização da cotação dos valores dos serviços prestados o que podem variar. Pois para o escritório fora do Brasil o valor é realizado em moeda estrangeira, o que depende da cotação do dia da realização do serviços.

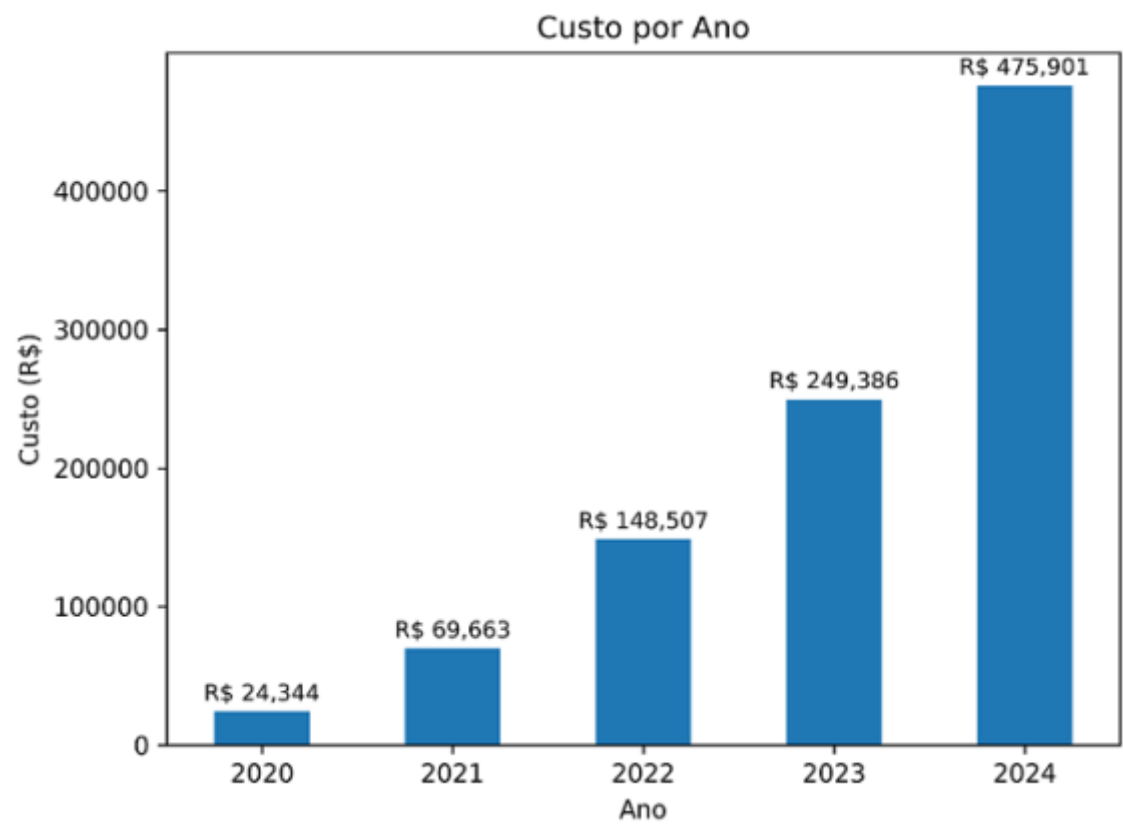
Além disso, pode variar o tipo de serviço a ser prestado pois cada pedido de patente demanda uma especificidade de serviço conforme anteriormente explicitado.

Diante do exposto, o valor a ser contratado pelo escritório no Brasil é possível de ser valorado e por esse motivo deve ser avaliado como item do pregão eletrônico. Somado a esse valor, deve ser considerado o valor variável pela prestação do serviço que são as taxas oficiais dos órgãos competentes em âmbito internacional (Item 1) bem como o valor do serviço do escritório internacional contratado pelo escritório do Brasil (Item 2).

**Cálculo do Item 1 - R\$ 3.647.889,00**

Para o cálculo do item 1, foi realizado um levantamento dos custos incorridos para proteção, manutenção e acompanhamento das tecnologias no exterior, incluindo taxas dos órgãos de propriedade intelectual no exterior e custos dos escritórios correspondentes no exterior. Foram desconsiderando os valores cobrados pelo escritório brasileiro, pois estes compõe o Item 2.

A partir do levantamento de custos entre 2020 e 2024, foram obtidos os seguintes resultados:



Em seguida, estes valores foram dispostos em um gráfico de dispersão e plotada uma linha de tendência, cuja equação pode ser descrita por 'y = 108283,55x -218755773,95', com R2 = 0,910. A partir da equação obtida foram calculados os custos estimados para os anos 2025 a 2029, conforme segue:



Desta forma, o custo estimado para o período 2025-2029 é de R\$ 3.647.889,00.

## Cálculo do Item 2 - R\$ 2.219.080,50

Inicialmente, para definição da quantidade de patentes a serem protegidas internacionalmente, foi realizado um levantamento de proteções nos últimos 5 anos. Em seguida, estes valores foram dispostos em um gráfico de dispersão e plotada uma linha de tendência, cuja equação pode ser descrita por ' $y = 6,4x - 12926$ ', com  $R^2 = 0,973$ . A partir da equação obtida foram calculadas as quantidades estimadas para os anos 2025 a 2029, conforme segue:



Desta forma, a quantidade estimada de proteções para o período entre 2025 e 2029 é de 234 patentes. Em seguida, com base na pesquisa de preços realizada em quatro escritórios, foi realizada a média simples de preços praticada por cada um deles e multiplicada pelo número de patentes esperado para o período entre 2025 e 2029. Na sequência, foi realizada a média simples entre os valores praticados por estes quatro escritórios, obtendo-se **R\$ 2.219.080,50**.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

No caso concreto da prestação de serviços de gestão, proteção e acompanhamento de pedidos de patente em âmbito internacional não se aplica a possibilidade de parcelamento dos serviços uma vez que uma mesma tecnologia pode ser depositada, por exemplo, no Brasil, Japão, Estados Unidos, Europa, Argentina, Uruguai e China e há impossibilidade de contratar mais um escritório para realizar o depósito de uma mesma tecnologia em cada país de escolha, aumentando desta maneira o valor da contratação.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

As contratações correlatas são aquelas cujos objetos sejam similares ou correspondentes entre si. Já as contratações interdependentes são aquelas que, por guardarem relação na execução do objeto, devem ser contratadas juntamente para plena satisfação da necessidade da administração.

Foi realizado em 2018 contratação do escritório Clark & Modet por meio do processo anterior 23072.055694/2017-21 com vigência até fevereiro de 2023. Em 2023 foi realizada a contratação do escritório Clark & Modet por meio do processo anterior 23072.266980/2022-87, com vigência até fevereiro de 2026.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Essa contratação está prevista no Plano Anual de Contratações (PAC) da UFMG, no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFMG (PDI) e está registrada no Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC) 2025, conforme tabela a seguir:

Importante demonstrar que a contratação foi contemplada no Plano Anual de Contratações (PAC) da UFMG:

ID PCA no PNCP: 17217985000104-0-000026/2025	
Data de Publicação: 22/07 /2025	Identificador da futura contratação: 153254-229 /2025
ID do item no PCA	CLASSE/GRUPO
443,444	167-Serviços de emissão de certificados digitais

O Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal de Minas Gerais, de junho de 2024, anexo 1 deste estudo preliminar, em seu Capítulo 3.11 – Inovação e Empreendedorismo, no item 3.11.1. destaca a estrutura institucional da Inovação relatando que:

“3.11.1 Estrutura Institucional da Inovação

Para apoiar a sua missão em contribuir para o Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI), a UFMG conta hoje com um diversificado conjunto de instrumentos institucionais. São eles: a Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica (CTIT), que constitui o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da UFMG, uma incubadora de empresas de base tecnológica (INOVA) vinculada à CTIT, o Parque Tecnológico de Belo Horizonte (BH-TEC), um braço da Fundação de Apoio da UFMG (Fundep) voltado para o apoio a negócios inovadores com elevado diferencial tecnológico e que promovam impacto



social positivo (Fundep Participações - Fundepar) e um conjunto de empresas juniores ligadas a diversos de seus cursos de Graduação."

Além disso, no item 3.11.3 - Coordenadoria de Transferência e Inovação Tecnológica salienta que

"A atuação da CTIT abrange ações como a proteção e a gestão qualificada dos ativos de propriedade intelectual (PI) da UFMG, a promoção da interação entre a Universidade e as empresas nas áreas de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), a disseminação do conhecimento e da cultura de CT&I e o fomento ao empreendedorismo. Nesse sentido, a CTIT conta com a INOVA, incubadora de empresas da UFMG, braço de empreendedorismo do NIT. Como parte de sua estratégia de atuação, as atividades da CTIT se dividem em cinco eixos: (i) técnico (proteção e gestão da propriedade intelectual); (ii) jurídico; (iii) negocial; (iv) empreendedorismo e (v) disseminação da cultura de empreendedorismo e inovação.

Com isso, a UFMG determina que o objetivo principal da CTIT neste PDI é:

"Fortalecer o ecossistema de inovação e empreendedorismo da UFMG por meio da atuação estruturante de seus atores e a criação de um conjunto de práticas de natureza prospectiva e estratégica visando posicionar a UFMG de modo a acelerar o processo de transferência das tecnologias para a sociedade e fomentar a criação de empresas de base tecnológica."

Com isso, os objetivos específicos destacados no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFMG demonstram a importância da Inovação na Universidade, quais sejam:

- 1- Viabilizar a atuação mais estruturante da CTIT difundindo a adoção dos instrumentos voltados para a constituição de alianças estratégicas.
- 2 - Envidar esforços para a implementação do Escritório de Negócios da CTIT, fortalecendo as ações de prospecção de tecnologias, análise de tendências e estudos de inteligência competitiva com foco no fomento à transferência de tecnologia, a formação de spin-offs e a formalização de alianças estratégicas.
- 3 - Fomentar o empreendedorismo na UFMG proporcionando um ambiente receptivo e colaborativo para a vivência empreendedora.
- 4 - Inclusão do escopo de atividades do Instituto de Ciências Agrárias (ICA/UFMG) na pauta de inovação.
- 5 - Implementação de práticas visando uma maior eficácia na divulgação de resultados da UFMG no campo de inovação e empreendedorismo, em parceria com outras instâncias institucionais.
- 6 - Avaliar um novo modelo de investimento de royalties capaz de fomentar a formação de spin-offs e a realização de projetos estratégicos em Ciência, Tecnologia e Inovação.
- 7 - Estudo, elaboração e implementação de guia de boas práticas na área de empreendedorismo que visem a mitigar situações de conflito de interesses utilizando governança colegiada e transparência.
- 8 - Aprimorar o fluxo de atendimento às demandas inclusive no que toca aos inventores independentes.
- 9 - Aprimorar a interação com grupos de pesquisa e com a Pós-Graduação para fomentar atividades em Ciência, Tecnologia e Inovação.

Por fim, o art. 3º da Resolução 05/2022 da UFMG estabelece que caberá à CTIT, sempre de forma articulada com os demais órgãos da UFMG e observados os interesses da Instituição, além das competências definida em lei, decidir sobre a gestão qualificada de ativos de propriedade intelectual e a proteção destes no Brasil ou no exterior.

### **13. Benefícios a serem alcançados com a contratação**

- Manutenção dos pedidos de patente já depositados, patentes concedidas, realização dos depósitos em Fase Nacional, manutenção e proteção de novos pedidos de patente, em que constam a UFMG como titular ou cotitular.
- Proteção dos ativos intangíveis da UFMG.

## 14. Providências a serem Adotadas

Realizar o pregão eletrônico antes do prazo de vigência do contrato realizado no âmbito do processo administrativo número 23072.266980/2022-87..

A administração deverá manter quadro de servidores com competência adequada a exercer os vários papéis na gestão e fiscalização desta contratação, evitando-se que aspectos sobre os quais não detêm competência sejam negligenciados, acarretando não detecção de descumprimento de partes de avença com consequências.

A autoridade competente designará formalmente os representantes da organização que atuarão no acompanhamento e conferência dos serviços prestados pelo escritório a ser contratado.

O representante da administração que for nomeado para atuar na fiscalização que não detenha competências para tal deverá notificar formalmente a autoridade que o nomeou sobre a necessidade de capacitação.

## 15. Possíveis Impactos Ambientais

Não se aplica, por se tratar de contratação de serviço por empresa especializada em prestação de serviços de acompanhamento e proteção de ativos imateriais da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG em âmbito internacional, tais como pedidos de patente já depositados, patentes concedidas, depósitos em Fase Nacional, manutenção e proteção de novos pedidos de patente, em que constam a UFMG como titular ou cotitular.

## 16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 16.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação encontra respaldo nas respectivas legislações, de modo que o planejamento e estudos técnicos previamente realizados amparam a Administração no que tange à qualidade e à viabilidade da futura contratação.

Considerando os estudos preliminares realizados, descritos neste documento, é possível demonstrar que:

1. A UFMG fica obrigada a contratar um escritório no Brasil que possua correspondentes no exterior para fazer o acompanhamento de seus pedidos de patentes internacionais, pois está impedida legalmente de realizar diretamente as ações para a proteção de suas tecnologias no exterior.
2. A contratação não implicará em contratações correlatas e/ou interdependentes.
3. Há alinhamento entre a contratação e o planejamento institucional;
4. A contratação trará benefícios a UFMG, ampliando as possibilidades de pesquisas e atendendo as necessidades de acompanhamento e proteção de ativos imateriais da UFMG em âmbito internacional, tais como pedidos de patente já depositados, patentes concedidas, depósitos em Fase Nacional, manutenção e proteção de novos pedidos de patente, em que constam a UFMG como titular ou cotitular.

## 17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**NATHALIA DOS REIS SANTOS ALMEIDA**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 10/10/2025 às 17:17:26.*

**CLAUDIANE VIEIRA BRANDAO**

Equipe de apoio

**GILBERTO MEDEIROS RIBEIRO**

Autoridade competente

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - PDI UFMG.pdf (8.42 MB)
- Anexo II - Propostas\_quatro\_escritorios\_brasil (2).pdf (1.9 MB)